

EDITORIAL

Foi com imenso prazer que aceitei o convite para escrever este editorial do v.3 n.4 da *REVISTA INTERFACES CIENTÍFICAS - HUMANAS E SOCIAIS*, acreditando que esta é uma ótima oportunidade para consolidarmos o diálogo acadêmico, sempre rico e promissor entre colegas e instituições de ensino na área de ciências sociais e humanas.

Os artigos que se seguem e que compõem este número da revista se dividem em uma variedade temática interdisciplinar que perpassa as seguintes áreas: educação nutricional e saúde, serviço social, psiquiatria e estudos do gênero, memória e religiosidade, crise do capitalismo contemporâneo e relações de trabalho e a relação espaço-tempo e sociabilidade na cidade.

Embora a variedade temática nos desafie a encontrar um eixo argumentativo fluído, é possível afirmar que entre os oito artigos que se seguem, pelo menos cinco deles dialogam entre si, ao abordar problemas sociais relativos a nutrição, fome e trabalho e aos direitos sociais, como é o caso dos que tratam da nutrição no Brasil, das relações de trabalho e o Fetiche-Capital no capitalismo contemporâneo e dos que discutem a relação entre ensino superior, religiosidade e gênero no campo profissional do serviço social e as atribuições privatistas desta profissão.

Neste mesmo sentido, os outros três artigos restantes debatem temáticas específicas da área das ciências sociais e humanas que não necessariamente se sobrepõem como é o caso da abordagem sociológica do urbano e da cidade, os desafiadores pressupostos teóricos-metodológicos queer e a memória e a religiosidade de uma beata em São Cristóvão, SE.

Assim, primeiro artigo que abre a revista **“Educação nutricional: do jeca tatu à obesidade”** dos

autores Hugo Santos, Bettina Santos e Livia Barros, discute educação nutricional e saúde no Brasil, se propondo a pensar as transformações semânticas e práticas neste campo de conhecimento, a partir das obras de Monteiro Lobato e Josué de Castro. O artigo conclui que “a noção de qualidade de vida transita, portanto, em um campo semântico polissêmico: de um lado, encontra-se relacionada ao modo de vida, suas condições e estilos; de outro, inclui ideias sobre o desenvolvimento sustentável e sobre os direitos humanos e sociais”.

No artigo seguinte **“Trabalhador descartável: a “descorporificação” do trabalho”**, Vivianny Kelly Galvão discute os princípios de integração econômica de Polany e o conceito de modernidade líquida de Bauman, afirmando que todo o aparato normativo erguido em torno da proteção do trabalhador nos dias de hoje, coloca-se face à face com uma crise social de dimensão global. Segundo a autora, impõe-se ao Direito uma renovação acerca dos parâmetros usados na regulamentação do trabalho ao longo do século passado.

O terceiro artigo, intitulado **“Regime de acumulação predominantemente financeiro ou o fetiche-capital em sua potência mais elevada?”**, de Cristiano Vieira Montenegro, traz um debate rigoroso a partir da obra de François Chesnais e sua compreensão crítica do capitalismo contemporâneo. Após expor a teoria de um “regime de acumulação predominantemente financeira” e estabelecer a interlocução com a obra de Karl Marx, o autor afere que “capital não é coisa, é relação social, pois sua propriedade de capital pressupõe a mais-valia, e esta pressupõe uma determinada relação social de produção na qual o valor é expressão da objetivação do trabalho e de sua exploração”. E argumenta que “fazer referência à acumulação do capital monetário implica, a partir de Marx, reconhecer o

caráter fictício e ilusório dessa acumulação monetária, visto que esta não necessariamente coincide com a acumulação real, ou seja, com a expansão do processo de reprodução material. ”

O quarto e o quinto artigos abordam, cada um à sua maneira, a temática do profissional do serviço social. Anabela De Santana e Cândida Matos discutem **“A influência da socialização religiosa e do gênero no universo acadêmico”**, a partir da relação entre ensino superior, religiosidade e gênero, baseado em pesquisa com assistentes sociais, investigando-se origem familiar e motivações para a escolha profissional. Debate-se, neste caso, o papel da educação na sociedade, identificando as profissões que incorporam uma imagem valorativa calcada na socialização religiosa e no gênero, concluindo -se que algumas áreas de atuação profissional identificadas como “femininas” são desvalorizadas, têm baixa remuneração no mercado de trabalho e apresentam peculiaridades da identidade feminina, como é o caso de um caráter organizativo fraco da profissão.

O artigo de Jonis Felipe, **“Dilemas e imprecisões na definição das competências e das atribuições privativas do serviço social”**, por sua vez, busca desvelar as conexões existentes entre a estrutura legal da profissão e a indefinição das tarefas específicas dos assistentes sociais. Aponta para a necessidade de se repensar o processo de institucionalização e reconhecimento de um espaço legítimo e privativo de intervenção sobre o social, demonstrando que, na atualidade, apenas o nome Serviço Social está resguardado para os portadores de credenciais acadêmicas e registro nos quadros do Conselho. As atribuições e competências, contudo, permanecem abertas à execução por leigos.

O sexto artigo, **“História e memórias vinculadas à beata Dulce dos pobres em São Cristóvão/Sergipe (1933/1934)”**, de Ivan Aragão e José Thiago Filho, trata da presença de Maria Rita de Souza Brito Lo-

pes Pontes, Irmã Dulce, na cidade de São Cristóvão, SE., entre os anos de 1933 e 1934. A partir da análise documental de cartas, entrevistas, pesquisa digital, bibliográfica e trabalho de campo, o artigo aborda a relação entre Irmã Dulce e a cidade de São Cristóvão, sob a perspectiva da memória, do lugar e da religiosidade.

O artigo seguinte **“Espaço, tempo e sociabilidades na cidade”**, de Allisson Goes, aborda a teoria sociológica urbana a partir das categorias de espaço e tempo, relações sociais e sociabilidades e processos identitários urbanos. Parte de exemplos empíricos encontrados em Georg Simmel (1967), José Machado Pais (2002; 2010); António Firmino da Costa (2002) e Rogério Proença Leite (2004). Problematisando a vida cotidiana, o artigo conclui que os espaços da cidade suscitam momentos de lembranças e rememoração, assim como nestes espaços existem conflitos e disputas que se desencadeiam no contexto da sociedade globalizada.

No artigo **“Taxonomizando sujeitos: notas sobre os investimentos dos sistemas classificatórios psiquiátricos na regulação das transexualidades e travestilidades**, os autores André Filipe Leite e Claudiene Santos, encerram este volume com uma abordagem provocadora inspirada em pressupostos teórico-metodológicos queer, questionando os sistemas classificatórios em psiquiatria, os quais reduziriam transexuais e travestis a protocolos clínicos homogêneos. Propõem uma análise dos dispositivos CID-10, DSM-IV-TR e SOC, os quais se colocam enquanto “tecnologias que expressam uma concepção normativa dos sistemas sexo-sexualidade-gênero fundamentada numa matriz binária hierarquizante, que se converte em um sistema regulador e medicalizador das experiências trans”. Concluem argumentando que é necessária uma despatologização das experiências trans, como um imperativo político e ético. “Ético, pois viabiliza a saída desses sujeitos da categoria de ‘monstros’ (LEITE JR, 2011), de transtornados psiquiátricos (BENTO, PELÚCIO,

2012), e político, pois aponta para a possibilidade de esses sujeitos conseguirem habitar integral e legitimamente a categoria de 'humanos'. “

Está, por fim, o leitor desafiado a conhecer as relevantes reflexões e pesquisas que aqui se apresentam como horizonte de debate acadêmico em ciências sociais e humanas.

Lara Santos de Amorim

Doutora em Antropologia pela UnB
e *CUNY/Graduate Center -NY*
Professora do Programa de Pós-Graduação em
Antropologia-UFPA